

## **CIDADANIA E QUALIDADE DO ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: EM BUSCA DO SIGNIFICADO**

**Eliane Cleide da Silva Czernisz**

eczernisz@uel.br

**Arlete Egawa**

arlete.egawa@hotmail.com

**Resumo:** Neste trabalho objetivamos refletir sobre a cidadania e a qualidade da educação a partir da análise de dados obtidos em pesquisa em andamento que utiliza discussão bibliográfica, análise da legislação da educação brasileira, análise de dados de matrícula obtidos junto ao INEP. Trata-se de uma análise necessária cujos resultados indicam que as balizas e o norteamento da educação passam a ser as normas de mercado e, que, há ampla cobertura educacional do ensino fundamental sendo que no ensino médio há desproporcionalidade entre o número de jovens e o número de matriculados. Palavras-chave: Políticas Públicas, Cidadania, Qualidade da Educação.

### **Introdução:**

Neste trabalho temos como objetivo desenvolver uma reflexão sobre a cidadania e a qualidade da educação a partir da análise de dados obtidos em projeto de pesquisa financiado pela CAPES, que encontra-se em andamento sob o título: Políticas Educacionais e Qualidade de Ensino: As relações entre o investimento financeiro em educação, as condições de qualidade, o perfil da demanda educacional e o desempenho estudantil em Londrina e Região Metropolitana.

Para realização deste estudo utilizamos discussão bibliográfica, análise da legislação da educação brasileira, análise de dados de matrícula obtidos junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP, e discutimos dados da cobertura educacional dos municípios de Londrina e Região Metropolitana. Conforme consta no Relatório de Pesquisa supracitado (2008):

“A Região Metropolitana de Londrina (RML) é localizada no norte do Paraná, foi criada em 1998 pela Lei Complementar Estadual no. 81 e pela Lei Ordinária Municipal no. 7482; sendo formada por oito municípios: Londrina, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Rolândia, Sertanópolis e Tamarana. Os municípios de Bela Vista do Paraíso e de Sertanópolis só vieram compor a RML em 2000 e 2002 respectivamente. A Região abrange atualmente uma população de 678.032 habitantes. Nela observa-se desigualdade de condições de vida, de capacidade orçamentária municipal e conseqüentemente, de condições de oferta da educação”.

Ao levantarmos os dados referentes à cobertura educacional precisamos pensar em que medida está sendo atendido o direito à educação e com qual padrão de qualidade essa educação vem sendo garantida. O significado das categorias cidadania e qualidade, adquirem caráter polissêmico no atual contexto em que se acirra a crise capitalista e ocorre a redefinição do Estado e da Educação, o que implica na privatização do espaço público. A defesa da educação de qualidade vem sendo constantemente destacada. Em 1990 com a Conferência Mundial de Educação para Todos houve ampla defesa da universalização da educação com qualidade visando assim garantir a cidadania. Entendemos esse período como um marco para a educação no que diz respeito à intencionalidade de promoção da cidadania e da educação para todos. No entanto há que ser questionado: De que qualidade e de que cidadania falamos? O que significam ambos os conceitos no cenário político educacional atual?

Conforme estudo realizados por Duarte (2007) a educação, considerada um direito fundamental de natureza social ocupa lugar de destaque no ordenamento jurídico, sendo responsabilidade do Estado procurar formas de prover a população oferecendo este serviço.

Davies (2006) discutindo o financiamento para a educação básica questiona o conceito de “mínimo”. Para o autor “(...) a referência para uma educação de qualidade para todos não pode ser o percentual mínimo, mas no mínimo esse percentual”(DAVIES, 2006, p. 755). Isso significa que priorizar a educação de qualidade requer investimento real, e se possível para além do mínimo, visando atender as necessidades concretas da população, e como destacou Davies (2007, p. 755), a educação numa totalidade, “para enfrentar alguns problemas básicos da educação”.

Santos, Ourique e Silva (2007) comentam que a qualidade está ajustada ao projeto educativo em vigência não se dissociando do projeto societário em vigor. Fincada numa lógica eficientista, característica própria da necessidade constante do lucro na sociedade minada pelo mercado, a qualidade da educação passa a ser característica daquilo que se pode comprar, assumindo feição de mercadoria, e não de um direito que deveria ser amplamente garantido.

Entender essa lógica é indispensável na análise que nos propomos e para tanto é preciso considerar o processo de reestruturação produtiva, de redefinição do papel do Estado e da Educação. Justificamos nossa opção pelo fato de que no contexto em questão há o redimensionamento de concepções e ações definidoras da cidadania.

Como explicitado por Harvey (1994, p. 140) os anos de 1970 e de 1980 “foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político”. A partir de então entramos num regime de acumulação considerado pelo autor “inteiramente novo”. Harvey diz:

“A acumulação flexível como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões e consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...)” (HARVEY, 1994, p. 140).

Esse processo de reestruturação redefine o projeto societário que altera as dimensões da vida social e política. Este encaminhamento altera o sentido da cidadania e de acordo com Silva Junior (2002) a base produtiva nessa nova ‘ordem estendida do mercado’ provocam transformações que alteram o mercado de trabalho, agravam o desemprego estrutural, transformam a legislação trabalhista e o aparelho do Estado. Diz o autor:

“ O Estado nacional é forte e pouco interventor no econômico e no social: forte porque produz políticas sobre as diversas atividades do Estado; pouco interventor, pois impulsiona, segundo a ideologia liberal, um movimento de transferência de responsabilidades de sua alçada para a da sociedade civil, ainda que as fiscalize, avalie e financie, conforme as políticas por ele produzidas e influenciadas pelas agências multilaterais. O poder regulador, sob a forma do “político”, é agora o poder econômico macrogerido pelo capital financeiro, com graves conseqüências para a cidadania e para a educação” (SILVA JUNIOR, 2002, p. 33).

No Brasil, no ano de 1995 foi apresentado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, um documento elaborado no Governo Fernando Henrique Cardoso

que traz toda uma reconstituição da máquina administrativa do Estado Brasileiro voltada à eficiência. Para isso o aparelho do Estado estrutura-se em Núcleo Estratégico das Atividades Exclusivas, dos Serviços Não-exclusivos e da Produção de Bens e Serviços para o Mercado. Há um clamor para que a população participe na execução de serviços sociais antes realizados pelo Estado. É ampliado o espaço para atuação de organizações sociais que irão desenvolver ações e prestação de serviços no campo da previdência, da saúde, e também da educação.

Percebe-se a partir de então uma retração do campo de atuação do Estado no provimento de serviços sociais e a ampliação das oportunidades de atuação neste campo para a iniciativa privada ou organizações não-governamentais.

A busca pela eficiência permeia a máquina administrativa estatal, causando impacto nas instituições públicas. Com o argumento de que deixadas à livre concorrência as instituições poderão ser mais eficientes e, menos onerosas para os cofres públicos passa a haver uma intensa avaliação das mesmas com o intuito de aferir sua qualidade. Deste modo temos a composição de um entendimento do que seja a qualidade.

Há que ser ressaltado que nesse momento são feitas críticas à eficiência e qualidade da educação. Segundo Gentili (1996, p. 17), “na perspectiva neoliberal os sistemas educacionais enfrentam, hoje, uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade, mais do que uma crise de quantidade, universalização e extensão”. Silva (1996) explica que o campo semântico é envolvido no momento em que a hegemonia se estabelece. Desse modo o autor destaca que a qualidade ocupa lugar central no ‘léxico neoliberal’. O termo qualidade, como discorreu o autor possui uma forte conotação de luta política, do empenho que educadores tiveram em prol da justiça social. No entanto é um termo que no atual contexto vem atender objetivos empresariais no campo da mercantilização do direito à educação.

Dourado, Oliveira e Santos (2009) realizaram um estudo sobre os conceitos e definições da qualidade da educação. Os autores chamam a atenção para o caráter polissêmico e complexo da qualidade. Conforme os autores:

“Os conceitos, as concepções e as representações sobre o que vem a ser uma Educação de Qualidade alteram-se no tempo e no espaço, especialmente se considerarmos as transformações mais prementes da sociedade contemporânea, dado as novas demandas e exigências sociais, decorrentes das alterações que

embasam a reestruturação produtiva em curso, principalmente nos países membros da Cúpula das Américas” (DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS, 2009, p. 3).

Com base nos autores é possível inferir que devemos estar atentos para a questão, pois para além do acesso e cobertura educacional outras questões mencionadas pelos autores precisam ser analisadas, o que entendemos serem necessárias para verificar a condição de qualidade como: a permanência, as formas de organização do trabalho escolar, gestão da escola, currículo, formação docente, entre outros. Para além das questões que estão lá, dentro da escola, os autores comentam outras dimensões da vida social como “a dinâmica econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade” (DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS, 2009, p. 6). De acordo com os autores estas dimensões perpassam a educação considerada “elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas” (Idem), e que em nosso entendimento incidem nas condições de qualidade da educação.

A partir da discussão aqui iniciada fica bastante difícil definir a qualidade da educação sem fazer referência aos outros elementos que compõem a educação, sejam escolares ou sociais.

A crise capitalista que se instala no cenário mundial requer alterações da forma de encaminhamento das políticas sociais, a formação de profissionais aptos ao enfrentamento das necessidades produtivas o que implica numa valorização da educação como estratégia para superação do momento de crise. Desse modo a cidadania surge reconfigurada. Para Martins (2000):

“Esse processo de rearticulação do capital mundial, em busca da consolidação de sua hegemonia impactada pelas crises, fez-se sentir fortemente em todas as relações, na vida política, submetida à economia, na sociedade, na cultura e, como não poderia deixar de ser, na educação. Tendo como norteador de todas as ações o mercado, e não mais qualquer intervenção do Estado, processou-se a mercantilização das relações sociais, inclusive do processo de ensino-aprendizagem. Assim como o direito de propriedade passa a submeter todos os direitos humanos fundamentais, a educação passa a ser mais um dos muitos produtos oferecidos, adquiridos graças ao despendimento de recursos financeiros, perdendo seu caráter público universal e passando a cumprir outras determinações, impostas pelo mercado” (MARTINS, 2000, p. 63).

A partir da discussão aqui realizada podemos verificar a complexidade de compreensão dos conceitos qualidade e cidadania no contexto atual. Há que ser ressaltado que tais conceitos são tomados como palavra de ordem, são apresentados como objetivos a serem atingidos no campo da educação. Esse assunto tem sido destaque em discussões de organismos internacionais que financiam projetos ou programas ou que sugestionam encaminhamentos educativos para os países periféricos.

No ano de 1990 em Jomtien, foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, um fato considerado marco na história recente da educação. A Declaração de Jomtien oriunda dessa conferência busca garantir o acesso à educação como um direito fundamental de homens e mulheres. Um dos trechos do documento diz:

“A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e esteriótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação” (BRASIL, 1993, p. 75).

Dessa Conferência deriva o Plano Decenal de Educação para Todos, um documento brasileiro que objetivava alcançar as metas previstas na Declaração de Jomtien num prazo de 10 anos. Entre as estratégias para a universalização do ensino fundamental e também para a erradicação do analfabetismo está o objetivo de “incrementar os recursos financeiros para a manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica” (BRASIL, 1993, p. 40). O documento explicita que é isso é possível:

“criando fundos e mecanismos não convencionais de financiamento a programas e projetos inovadores em qualidade educacional e de equalização social de oportunidades, especialmente nas grandes concentrações demográficas de pobreza (regiões metropolitanas, cidades de médio porte e áreas rurais críticas)” (BRASIL, 1993, p. 41).

A ênfase na educação para superação das questões sociais específicas do contexto contemporâneo vem sendo ressaltados por outros organismos. O Banco Mundial, através do Documento Prioridades y estratégias para a educación (1996), menciona a importância da educação para ao desenvolvimento econômico e redução da pobreza nesses países. O Documento também faz referência ao acesso a educação, à

qualidade da educação, à equidade e também ao financiamento. De acordo com o documento:

La educación básica debería ser la primera prioridad para el gasto público em educación en los países que todavía no han logrado una matrícula casi universal al nivel primario y secundario de ciclo básico. La mayoría de los países ya asignan la prioridad más alta en el gasto público a la educación primaria (BANCO MUNDIAL, 1996, P. 4).

Ocorre que a valorização da educação como prioridade, como estratégia para vencer a pobreza e a exclusão social, assim como para preparar as gerações para enfrentamento da realidade societária futura coincidem com o processo de reforma do Estado. Deste modo o financiamento da educação que visa democratizar o acesso do aluno ao ensino básico, aqui entendido como fundamental é realizado em meio às críticas da ineficiência estatal, em meio à redefinição da amplitude e prioridade de atuação do Estado.

A UNESCO e a CEPAL no documento Educação e Conhecimento: Eixo da transformação produtiva com Equidade (1995) reforçam as necessidades formativas no contexto de reestruturação produtiva. Conforme o documento a cidadania e a competitividade são objetivos estratégicos. Para que ocorra a formação do cidadão cabe aos sistemas educativos:

“Distribuir equitativamente os conhecimentos e o domínio dos códigos pelos quais circula a informação socialmente necessária à participação cidadã;  
Pautar a formação das pessoas por valores e princípios éticos e desenvolver-lhes habilidades e destrezas que assegurem bom desempenho nos diferentes âmbitos da vida social: no mundo do trabalho, na vida familiar, no cuidado com o meio ambiente, na cultura, na participação política, na vida em comunidade” (CEPAL/UNESCO, 1995, p. 202).

Esse documento deixa claro que por equidade é entendido o acesso à educação com qualidade. Shiroma, Moraes e Evangelista (2000, p. 64-5) dizem que a questão colocada pela CEPAL e pela UNESCO não diz respeito apenas a cobertura, mas “a qualidade de oferta e eficácia das estratégias para resolver o problema dos excluídos do ensino e da capacitação”.

Pode ser percebido nessa breve discussão que o acesso à educação de qualidade, uma das ações que em nosso entendimento configura a cidadania vem sendo norteadas pelo mercado. Há que ser investigado de que forma a cobertura da educação vem sendo oportunizada à população visando a promoção da cidadania. Destacamos que a educação que vem sendo garantida a partir da Declaração de Jomtien no cenário brasileiro é o ensino fundamental, com uma progressiva universalização do ensino médio, a partir da LDBEN N. 9394/96 componente da educação básica.

#### Dados educacionais e populacionais do ensino fundamental e ensino médio na Região Metropolitana de Londrina

Na pesquisa em questão para o tratamento das questões relativas à taxa de cobertura foi feito levantamento de dados populacionais totais dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Londrina - RML. O objetivo do levantamento na pesquisa foi obter os dados populacionais respectivos das séries correspondentes à educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e analisá-los em relação ao número de matriculados, observando as possíveis variações da cobertura em cada município da RML. Interessa-nos aqui apresentar brevemente os dados de cobertura do ensino fundamental e médio de algumas cidades, buscando elementos que nos permitam questionar em que medida vem sendo garantido o direito à educação nos respectivos municípios no período em questão.

Os dados levantados compreendem os anos de 2000 a 2005 e constituem referência para o cálculo do percentual de aumento ou não da população que frequenta o ensino fundamental (1º e 2º ciclo), e o ensino médio. No ano de 2006 trabalhamos com estimativa.

Vejamos os dados:

#### Londrina

Período	Ensino Fundamental I Matrícula	População correspondente à idade 7-10 anos	Ensino Fundamental II	População correspondente à idade 11 – 14 anos
2001	36178	32104	36369	34005



2002	36067	32531	36321	34457
2003	36089	32983	35673	34936
2004	35622	33936	35369	35946
2005	34781	34462	34985	36503
2006	34562	34983	36070	37054

Na cidade de Londrina, entre os anos de 2001 a 2006 o ensino fundamental I teve maior número de matriculados que população correspondente à idade. O mesmo ocorre com o ensino fundamental II nos anos de 2001 a 2003. A partir de 2004 é que o número da população apta ao fundamental II ultrapassa o número de matriculados.

Podemos por suposição considerar que o aumento de número de matriculados em Londrina se dê por migração de alunos das cidades vizinhas.

Ibiporã:

Período	Ensino Fundamental I Matrícula	População correspondente à idade 7-10 anos	Ensino Fundamental II	População correspondente à idade 11 – 14 anos
2001	3546	3122	3463	3295
2002	3525	3164	3526	3339
2003	3618	3213	3498	3391
2004	3625	3317	3440	3501
2005	3639	3374	3384	3561
2006	3581	3433	3566	3623

A cidade de Ibiporã manteve uma regularidade maior nos números de matrícula nos anos de 2001 a 2006. A população correspondente às séries do ensino fundamental I aumentou se compararmos com os anos de 2001 e de 2006, no entanto o número de matriculados no fundamental I em todo período correspondente à análise foi maior que o número da população em idade adequada ao fundamental I. No fundamental II nos anos de 2001 a 2003 o número da população foi maior que o número de matriculados, havendo uma inversão nos anos de 2004 a 2006, com número de população maior que o de matriculados.

Jataizinho:

Período	Ensino Fundamental I Matrícula	População correspondente à idade 7-10 anos	Ensino Fundamental II	População correspondente à idade 11 – 14 anos
2001	1086	944	887	892
2002	1125	950	857	898
2003	1092	958	850	905
2004	1167	973	780	919
2005	1088	981	808	927
2006	1130	990	941	935

A cidade de Jataizinho apresenta em todo período analisado para o ensino fundamental I números de matriculados maiores que o de população que corresponde a essa faixa etária. O inverso ocorre com o ensino fundamental II. O número da população é maior que o número de matriculados.

#### Tamarana:

Período	Ensino Fundamental I Matrícula	População correspondente à idade 7-10 anos	Ensino Fundamental II	População correspondente à idade 11 – 14 anos
2001	987	855	863	853
2002	999	863	844	860
2003	959	870	770	868
2004	931	886	853	884
2005	921	895	865	892
2006	917	903	890	901

Em Tamarana no período de 2001 a 2006 os dados referentes ao ensino fundamental I apresentam uma distorção, o número de matriculados é maior que o número que corresponde à população. No ensino fundamental II a mesma situação se repete no ano de 2001. No período de 2002 a 2006 a população é maior que o número de matriculados.

#### Dados do Ensino Médio

A tabela abaixo mostra dados de matrícula do ensino médio da cidade de Londrina e da Região Metropolitana, que conta com as cidades de Bela Vista, Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Rolândia, Sertanópolis e Tamarana.

MUNICÍPIO	ANO	Habitantes com idade entre 15 e 19 anos	Matrículas no ensino Médio
Londrina	2001	25504	23940
Londrina	2002	25843	23720
Londrina	2003	26202	23906
Londrina	2004	26959	23565
Londrina	2005	23377	23123
Londrina	2006	27791	22389
Bela Vista	2001	843	733
Bela Vista	2002	842	734
Bela Vista	2003	842	736
Bela Vista	2004	841	768
Bela Vista	2005	841	704
Bela Vista	2006	840	718
Cambe	2001	5154	4654
Cambe	2002	5219	4248
Cambe	2003	5300	3994
Cambe	2004	5468	4144
Cambe	2005	5561	4192
Cambe	2006	5655	4209
Ibiporã	2001	2471	2000
Ibiporã	2001	2504	1858
Ibiporã	2003	2543	1922
Ibiporã	2004	2626	1909
Ibiporã	2005	2671	1864
Ibiporã	2006	2717	1833
Jataizinho	2001	669	477
Jataizinho	2002	673	516
Jataizinho	2003	679	521
Jataizinho	2004	689	496

Jataizinho	2005	695	445
Jataizinho	2006	701	491
Rolândia	2001	2821	2272
Rolândia	2001	2859	2333
Rolândia	2003	2903	2447
Rolândia	2004	2994	2613
Rolândia	2005	2044	2456
Rolândia	2006	3095	2413
Sertanópolis	2001	853	841
Sertanópolis	2002	857	703
Sertanópolis	2003	862	722
Sertanópolis	2004	872	722
Sertanópolis	2005	877	754
Sertanópolis	2006	883	796
Tamarana	2001	640	619
Tamarana	2002	645	566
Tamarana	2003	651	420
Tamarana	2004	663	410
Tamarana	2005	669	358
Tamarana	2006	676	307

Os dados trazem o número de matriculados no ensino regular. Pode ser percebido que o número de matrículas é inferior ao número de indivíduos com idade entre 15 e 19 anos em todas as cidades. Os dados de matrícula permitem inferir que a oferta do ensino médio cobre menos da metade da população com a idade propícia para este nível, ficando um grande número de jovens fora da escola, evidenciando um distanciamento da proposta de universalização do ensino médio.

Os números acima nos leva também a questionar a capacidade de financiamento e de melhoria do ensino médio. Oliveira (2008) analisou o número de estudantes brasileiros matriculados no ensino médio no período de 2002 a 2007 e comentou os limites do financiamento do FUNDEB, que propalou a ampliação de recursos para o ensino médio. Oliveira diz:

“Podemos inferir que se não houve uma substancial modificação no número de matrículas entre 2002 (7,3 milhões) e 2007 (7,58 milhões) e nem nos recursos financiadores dessas matrículas, não houve também uma mudança substancial no valor por aluno do Ensino Médio. Confirmando-se o nosso entendimento de nesses últimos anos ter havido muita propaganda em relação ao Ensino Médio, mas não políticas visando a melhoria do seu financiamento, corroborando o que Bueno (2000) destacou sobre o comportamento do Estado na destinação de recursos para a última etapa da Educação Básica” (OLIVEIRA, 2008, p. 90).

Os dados de matrícula aqui apresentados estão sendo questionados no atual momento da pesquisa. Entendemos que para entender os dados é preciso questionar para além da realidade educacional também a realidade social, política e econômica do país. Retomando os argumentos de Dourado, Oliveira e Santos (2009), a educação constitui e é constituinte das relações sociais mais amplas.

Entre resultado e recomeço: algumas questões

Os resultados preliminares dessa pesquisa indicam que as balizas e o norteamento da educação passam a ser as normas de mercado: eficiência, eficácia e produtividade. Trata-se de um processo que nos leva a questionar a universalização da educação pública de qualidade indicando a necessidade de análise sobre como tal universalização e qualidade vêm sendo concretizadas.

Os dados de cobertura educacional nos leva a ressaltar que a qualidade da educação é uma questão complexa e que não se traduz em cobertura educacional apenas. Os dados de cobertura nos leva a questionar: a existência dos matriculados e dos indivíduos nas idades correspondentes às séries; os existentes que não foram contados; os interesses norteadores da quantidade de habitantes em idade escolar.

De outro modo, a desproporcionalidade de matriculados e jovens na idade correspondente ao ensino médio permite afirmar a distância entre o interesse pela universalização do ensino médio e a universalização de fato. Que problemas interferem nessa ampliação do acesso?

Entendemos com base na discussão aqui realizada que este assunto merece ser aprofundado, buscando melhorar a compreensão sobre a educação básica e contribuir para que a qualidade da educação se constitua em direito de fato de todos os brasileiros.

Referências:

BANCO MUNDIAL. *Prioridades y estrategias para la educación*. Washington, D.C., 1996.

BRASIL. *Plano Decenal de Educação*. Brasília, 1993.

\_\_\_\_\_. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995.

CEPAL/UNESCO. *Educação e conhecimento: Eixo da transformação produtiva com equidade*. Brasília, IPEA/CEPAL/INEP, 1995.

DAVIES, Nicholas. FUNDEB: a redenção da educação básica? IN: *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 27, n. 96, out. 2006, p. 753-774.

DOURADO, Luiz Fernandes, OLIVEIRA, João Ferreira, SANTOS, Catarina de Almeida. *A qualidade da Educação: Conceitos e definições*. Brasília, MEC/INEP, 2009.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. IN: *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 28, n. 100, out. 2007, p. 691-713.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: GENTILI, Pablo & SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.) *Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília, CNTE, 1996.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1994.

MARTINS, Marcos Francisco. *Ensino Técnico e Globalização: cidadania ou submissão?* Campinas, Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, Ramon. Os limites do FUNDEB no financiamento do Ensino Médio. *Currículo sem Fronteiras*. v.8, n.2, pp.78-96, Jul/Dez 2008.

Relatório Científico: *Políticas Educacionais e Qualidade de Ensino: As relações entre o investimento financeiro em educação, as condições de qualidade, o perfil da demanda educacional e o desempenho estudantil no Estado do Paraná*. UFPR, Curitiba, 2008.

SANTOS, Gideon B.; OURIQUE, Suely A.; SILVA, Wanderley. A qualidade da educação na América Latina. In: *Revista FAGED*, Salvador, n. 12, jul-dez.2007, p. 33-49.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&, 2002. p. 52 a 92.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. *Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC*. São Paulo, Xamã, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. O projeto educacional da nova direita e a retórica da qualidade total. In: GENTILI, Pablo & SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.) *Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília, CNTE, 1996.